

capa

Jovens chineses em Portugal

Do Império do Meio para o meio de Lisboa

São "indivíduos síntese", jovens que estão entre duas culturas distantes e distintas. Uns fazem a ponte, outros "rasgam" um dos mapas. Não são portugueses nem chineses, são ambas as coisas e isso é bom. Sabem que os europeus ligam muito a Tiananmen, eles nem por isso.

Texto **Francisca Gorjão Henriques** Fotografia **Enric Vives-Rubio**

Hugo chegou a Portugal com 12 anos. Quando se reformar, quer ter um monte no Alentejo



Das janelas soltam-se músicas africanas. Vinte metros à frente, a banda filarmónica começa a tocar e Nossa Senhora da Saúde põe-se a caminho, com os fiéis a segui-la. As prostitutas continuam a fazer o seu negócio, ramo de rosmaninho numa mão, porque hoje é dia de procissão, chapéu-de-chuva na outra, que o tempo não está de fiar. E da porta número 12 sai uma voz improvável, pousada, quase solene, a espalhar a palavra de Cristo em mandarim. O pecado e a salvação andam juntos na Rua dos Anjos, neste domingo à tarde. E enquanto isso, distraidamente, a cidade vai absorvendo um mundo que começa a deixar de lhe ser estranho. A pequena Ângela está a ficar cansada da missa e por isso Fei Feiren sai por um bocadinho, levando ao colo a filha de 14 meses. Dois elásticos cor-de-rosa tentam prender o seu cabelo liso e preto, que se espeta todo em direcção ao céu. A chucha cai uma vez, e outra e tantas quantas as que ela quiser para obrigar a mãe e a avó a agacharem-se no chão. O objectivo é interromper a história que Fei Feiren tenta contar. Um relato – num português difícil de debitar, primeiro, e com tradução depois – que pode ser igual ao de muitas outras chinesas de 21 anos como ela. Partiu de Zhengjiang, no Leste da China, em 2004, porque a família estava toda em Portugal. Trabalha numa loja de revenda, roupas, bugigangas, objectos mais ou menos úteis. Tudo barato. A esta hora, já Nossa Senhora deu a volta à esquina e desapareceu; uma das prostitutas também. E Fei Feiren está quase a ter de entrar novamente, para comungar. “Há oito anos comecei a ir à igreja. Na China há cada vez mais pastores a introduzir a crença. É muito saudável, não prejudica ninguém e é bom nos dias de hoje... Acredita-se na eternidade.”

A crença serve também para traçar alguns limites: “A nossa igreja não deixa fazer amor antes do casamento, Jesus diz que não pode ser e nós não fazemos. Jesus é bom.” Isso não se aplica agora a ela, que casou e já deu à luz Ângela e espera ainda dar-lhe irmãos. E esta será uma das razões por que não deseja regressar ao seu país: “Não se pode ter mais que um filho.” Há outras: “Existe trabalho, mas ganha-se mal. Em Portugal, se somos pobres, não faz mal, mas na China as pessoas desprezam-nos. Fui lá nas férias e só queria voltar!” Voltar para Lisboa, onde há “bom tempo e simpatia”.

Lá dentro, terminada a celebração, um grupo de sete jovens entre os 13 e os 26 anos (nenhum nascido em Portugal, para onde quase todos vieram há seis anos) dirá quase em uníssono coisas como: “Os portugueses são mais abertos, dão beijos na rua”; “quando têm dinheiro vão logo gastar, sabem viver a vida”; “a China, só para turismo”; “amigos portugueses só os colegas da escola” ou “só os do trabalho”. Cheira a lulas guisadas. A enumeração das diferenças continua. “Na China há mais moda, é mais *fashion*”; “os prédios são mais altos”; “as cidades são maiores”. História, política, Tiananmen são temas que não se desenvolvem nesta conversa. Nem em muitas que virão. Do massacre na Praça de Pequim em 1989, de jo-

vens como eles, só ouviram falar já em Portugal. E ninguém se lembra exactamente da explicação.

Há movimentos atrás deste círculo que se formou entre risos para falar com uma jornalista. E, de repente, a igreja transforma-se numa sala de jantar. E os entrevistados viram entrevistadores: “É cristã? Como é que os portugueses vêem os chineses?” Polvo (afinal não eram lulas) cortado em pedacinhos, pepino cozido, porco com legumes e cogumelos, dispostos em várias travessas. “Quer jantar?”

Das gravatas ao consultório

Desde o início do século XX que há uma presença chinesa em Portugal, diz Pedro Góis, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. “Dedicavam-se à venda ambulante, muitos eram vendedores de gravatas e andavam com elas penduradas ao pescoço por todo o país.” Vinham sobretudo de Macau e do Sul da China.

Quem quer que investigue os chineses em Portugal dirá a mesma coisa: não há uma comunidade, mas várias, espalhadas sobretudo por Lisboa e Porto. Num estudo realizado juntamente com os investigadores José Carlos Marques e Catarina Reis de Oliveira, Góis escreve que entre 1975 e o início dos anos de 1980, muitos chineses originários de Cantão, Timor, Angola e Moçambique vieram para Portugal, depois da independência das colónias. A maior parte deles adquiriu a nacionalidade portuguesa e por isso desapareceu das estatísticas.

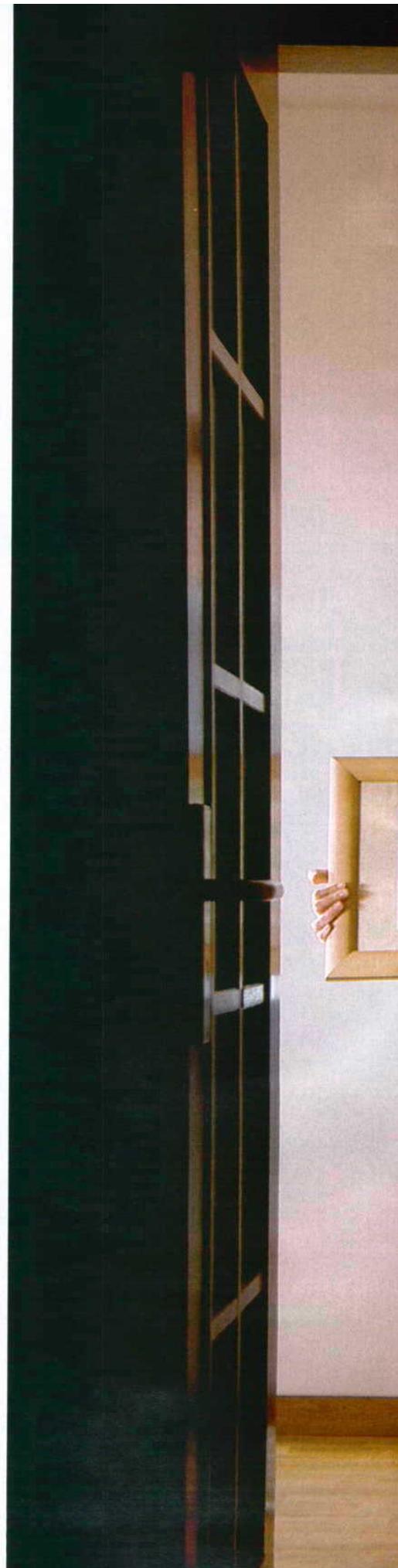
A década seguinte assistiu a um novo movimento migratório. Desta vez, de chineses vindos directamente da China, em particular das províncias de Zhejiang (vizinha de Xangai), Guangdong (Cantão), Guizhou (Centro) e Heilongjiang (Norte). Um último fluxo veio de Macau, depois da transferência da administra-

“

Os meus pais sempre exigiram muito de mim, e por isso é que se calhar estou onde estou... Em termos de ideologia, de maneira de pensar, sou totalmente ocidental

Ding

”





ção para Pequim, no final de 1999. Segundo os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o número de imigrantes chineses residentes em Portugal não parou de aumentar nas últimas décadas (de 0,9 por cento do total de estrangeiros em 1986, passou para 1,7 por cento em 2001).

Os dados do SEF de 2007 (os últimos disponíveis) apontam para 10.448 pessoas. Y Ping Chow, da Liga dos Chineses em Portugal, fala em 20 mil porque inclui os que “estão naturalizados portugueses, mas que continuam a ser culturalmente chineses”. São já de segunda ou terceira geração, e a China tem um nome para eles: chineses ultramarinos.

As gravatas foram sendo trocadas por restaurantes (existem 500 em Portugal) e lojas (cinco mil). Mas basta andar na rua para perceber que, como sempre, não se pode colocar tudo no mesmo saco. Entre os jovens chineses que vivem em Portugal, as diferenças podem ser abissais.

Como Fei Ferian, há os que vieram depois de ter feito os estudos na China – e que vieram antes que a idade os impedisse de legalmente se juntarem à família. Iniciam aqui a vida profissional activa. “Tendem a juntar-se a familiares directos até conseguirem fundos para abrir o seu próprio negócio, o que pode levar uns dois ou três anos”, explica Góis. A língua é uma barreira difícil de transpor e não chegam a “aportuguesar-se”. O objectivo é muitas vezes o regresso. “Há frequentemente o mito do retorno.”

Há também os que nasceram cá ou vieram pequenos – e entre estes é preciso distinguir os que decidiram completar os estudos universitários dos que começaram a trabalhar mais cedo. Quem o explica é novamente Y Ping Chow. “Os que conseguem fazer estudos superiores são como os portugueses: vão ter os seus escritórios de advocacia, contabilidade, [consultórios de] medicina”, diz. “Não procuram tanto o dinheiro, mas viver a vida.”

Um turista em Pequim

Ding procura mais do que isso. É uma evidência, quando toca um *Nocturno* de Chopin no seu Yamaha, um dos raros móveis da sala de estar deste apartamento, em Telheiras (Lisboa), onde vive com os pais e uma irmã – não fossem uns cavalinhos de jade junto à lareira e ninguém saberia apontar a nacionalidade dos donos da casa.

Aos 22 anos, Ding está no 4.º ano de Medicina, acabou o oitavo ano de piano no Conservatório com 19 valores, faz voluntariado dando explicações para crianças do bairro Padre Cruz, este Verão vai em missão para África. “Gosto de experimentar para depois decidir”, explica. Talvez não seja só isso: “Os meus pais sempre exigiram muito de mim, e por isso é que se calhar estou onde estou.” Não sabe dizer exactamente o que fez a mãe, médica, e o pai, tradutor de português, deixarem Pequim.

Ding tem mais de um 1,80m e estamos já a imaginá-lo de bata branca, por cima da camisa azul que traz vestida. Nunca foi vítima de discriminações, por isso não prevê que as suas feições orientais afastem os doentes. Seria um equívoco reduzi-lo à sua aparência física. “Em termos de ideologia, de maneira de pensar, sou totalmente ocidental.”

Veio para Portugal com dois anos e meio. →

capa

E há outros dois voltou à terra onde nasceu. “Senti-me como um turista.” Todos os seus amigos são portugueses; em casa come-se um “chiportuguês” de garfo e faca; não vê filmes *made in China*, nem sintoniza a CCTV (o canal de televisão chinês). Mandarim, só fala com os pais e não sabe ler nem escrever bem – um dos seus arrependimentos, porque, apesar de tudo, faz parte da sua cultura. “Mas sempre estive muito ocupado na escola.”

Y Ping Chow aponta para o domínio do mandarim como uma das mais-valias que estes chineses podem apresentar no mercado de trabalho, ainda que não saibam ler nem escrever. Tornam-se pontes.

“São indivíduos síntese entre duas culturas distintas”, reitera Pedro Góis. “Não são portugueses, nem chineses, são ambas as coisas e podem ser excelentes embaixadores.”

E não só conseguem ganhar a vida trabalhando com os imigrantes em Portugal, como podem ser contratados por empresas que têm interesse em estabelecer-se na China.

O objectivo de Ding não é esse, até porque lá se sentiria um estrangeiro. Mas talvez existam outras coisas que o tornam mais chinês do que reconhece instantaneamente. “Noto que há mais respeito na relação com os pais.” E também mais controlo sobre a irmã, de 16 anos. “Não a deixamos sair tanto à noite.” O plural “nós” justifica-se: “Os meus pais relegaram em mim muito trabalho em relação à minha irmã: ajudar na escola, tirar dúvidas, encorajar para estudar. E também não a deixar sair sempre com as amigas!”

Mapas e sopa de letras

Podemos chamar-lhe Zhu Zhen ou Susana. Em todo o caso, ninguém pergunta nada quando se toca à campainha de um prédio da Mouraria, em Lisboa. A porta abre-se, sobe-se um andar. A sala, sem tentativas de decoração, tem meia dúzia de mesas, paredes amareladas e uma televisão ligada na CCTV. Faz-se o pedido na única língua que aqui é entendida: sopa de massa, com carne e couves.

As janelas abertas aproximam-nos do prédio da frente e deixam entrar o ruído da cidade. Buzinas e mandarim intrometem-se no português quase correcto, e musicalmente chinês, de Susana. Minutos antes discutiu vivamente ao telefone os preços de uma casa que quer comprar. Vive com a mãe num apartamento ali perto, nos Anjos, que ambas dividem com mais sete pessoas.

Talvez isso explique a sua vontade de ter uma casa para ela. Mas as suas preocupações vão além do espaço onde quer viver. “Uma pessoa tem de se submeter. Eu sei que tenho de ganhar dinheiro para ter uma casa com um quarto para a minha mãe [que ficou viúva], para a sustentar quando ela envelhecer. E se ela quiser ir para a China, tenho de lhe comprar uma casa lá.”

Entre fios de massa – comeu com colher e pauzinhos, que fez questão de limpar primeiro com o guardanapo, apesar de novos – confessa: “Os chineses é casar, abrir loja, ir para lá com os filhos; sempre todos juntos. É secante.”

Susana tem as suas certezas: “Se eu me casar, não vou para a loja. Prefiro gastar dinheiro numa casa que seja minha do que abrir um negócio que não sei se dá ou não. Mas comigo é diferente, porque eu quero ficar aqui, não quero voltar para a China.” E as lojas, como os





restaurantes, são isso na maior parte das vezes, um trampolim para regressar a casa.

Fala assim, “os chineses”. Eles de um lado, ela do outro? “Não sou chinesa, nem portuguesa. O estilo de vida é chinês, mas a forma de pensar é portuguesa.” Os factos da sua vida traçam nela os mapas dos dois países.

Um recuo às origens: o pai pobre, de uma aldeia de Zhejiang, a mãe com uma vida mais confortável, na cidade. O casal veio para Portugal, onde já tinha família, no princípio da década de 1980. O pai começou por ser vendedor ambulante, depois quis mudar para a restauração. Susana tinha quatro anos quando decidiram que ela deveria ir viver para a China. “Eles não podiam ficar comigo, tinham de fazer negócio. Para abrir um restaurante, comigo não dava.” Ficou lá até aos sete anos; ela a viver com os avós maternos, na cidade, a irmã mais nova com os avós paternos, no campo.

E histórias como esta, de crianças que ficam separadas dos pais enquanto eles fazem vida de formiguinhas, há muitas. “Quando decidem emigrar, os chineses optam por um estilo de vida: ‘sacrifício’ e ‘sofrimento’ são palavras que usam muito”, comenta a antropóloga Irene Rodrigues, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP).

Desses tempos, Susana guarda pouco mais do que a recordação das aulas de música e dança. Não chegou para aprender os caracteres. Mas isso não a impede de trabalhar num escritório de contabilidade cheio de clientes chineses.

Sonhos em mandarim

Em geral, “existe a preocupação para que não percam o laço à China através da língua”, continua Irene Rodrigues. “Um chinês que não fale chinês não é totalmente chinês, dizem eles.” E isso ajuda a explicar o facto de uma escola básica junto à Avenida Almirante Reis, em Lisboa, mudar de nacionalidade todos os sábados de



Quando saí de casa dos meus pais, passei a ser tratada como uma visita e a ser recebida com banquetes. Na primeira vez que os convidei, fiz só um prato e o meu pai não comeu, fez cerimónia
Michelle



manhã. Os carros param à porta para deixar sair meninas de rabo-de-cavalo e mochilas cor-de-rosa, ou rapazes que se lançam a correr para o portão. E lá dentro, as paredes pintadas com jardins e fundos do mar, habituam-se a outros sons que não o bê-á-bá.

Tânia, Leticia, Inês, Xi e Patrícia. Que ninguém tire conclusões precipitadas: são todas chinesas, embora as percentagens culturais que elas próprias equacionam possam variar. Algumas nasceram cá, outras vieram pequenas. Na aula de mandarim estiveram com um texto na mão: *I Have a Dream*, de Martin Luther King. Primeiro aprendem a lê-lo e só depois se debruçam sobre o significado. Liberdade dos africanos, luta contra a escravidão, explicam. Não será sobretudo sobre a discriminação? “Sim, isso.”

Nenhuma se identifica com os problemas que levaram Luther King a sonhar. Não sofreram nada disso. O que não quer dizer que não haja observações a registar: “Na rua há sempre alguém que manda um comentário”, diz Tânia, de 15 anos, nascida em território português. “Não ligo, porque sei que a minha vida cá é boa.” Já Xi, que chegou com seis anos (tem agora 16), sentia-se “discriminada por ser diferente e não saber falar.”

Aos sábados aprendem então o que as pode levar de volta às origens, nem que seja para breves mergulhos. Falar mandarim falam, mas ler e escrever é outra história.

Todas consideram que os chineses dão mais valor à educação – e esse é o argumento de Leticia (16 anos) para explicar por que frequenta a escola inglesa St. Julians, em Carcavelos. “Posso entrar na universidade que quiser.” Colocar os filhos nas escolas privadas serve não só para tentar oferecer-lhes o melhor ensino; é também um símbolo de estatuto, tal como o carro, ou o sítio onde se mora, explicará a antropóloga.

Geralmente, há um grande investimento na educação das crianças, “com uma percentagem total de escolarização e uma aposta nisso como processo de mobilidade social”, diz Pedro Góis. E esta “percepção da educação como um investimento de sucesso” será uma das distinções importantes a fazer entre a comunidade chinesa e outras comunidades de imigrantes, como as que vêm de países africanos.

Muitos filhos de imigrantes são enviados para a China para fazer lá uma parte da escolarização e ficar com o problema da língua resolvido – isso e porque há uma desconfiança generalizada em relação ao ensino português, onde “dizem que as crianças andam à solta”, cita Irene Rodrigues. Às vezes, voltam com outro problema. “A dificuldade de adaptação. Quando regressam com 12 ou 13 anos, é mais difícil.”

Uma reforma no Alentejo

Foi precisamente com 12 anos que Hugo chegou a Lisboa, em 1999. Resistiu a sair da China porque “achava que em Portugal não se jogava à bola e não ia poder comer arroz todos os dias!” Mas essas não foram, obviamente, as barreiras mais difíceis de transpor. “Sentia-me incapaz de comunicar com os portugueses... Falavam dos *Morangos com Açúcar*, e eu: ‘Quem é?’ Faltavam temas para partilhar.”

A língua acabou por aprender, a custo, e graças a livros para crianças da primária. “O português continua a ser o meu ponto fraco. Para escrever relatórios, ou artigos na Facul- →







“

A política de filho único, por um lado, acho bem, já há muita população. Mas, por outro, imagino que se acontecer alguma coisa ao filho...

Yang Xi

”



dade [de Ciências de Lisboa, onde está no 2.º ano de Informática], tenho de pedir ajuda aos meus colegas.”

O domínio é agora mais do que suficiente para dizer isto: “Os alunos só vão às aulas se querem e essa é uma das razões por que muitos chineses desistem de estudar. Saem do liceu e já não vão para a faculdade, porque lá o esforço tem de ser muito maior. É uma dificuldade enorme.”

Ele próprio pensou fazer isso mesmo, desistir e abrir uma loja. “A maioria [das lojas] é rentável, mas há muita concorrência. Às vezes chega para pagar a renda, comer e mais nada.” Com conhecimentos de informática, espera conseguir um trabalho razoável quando sair da universidade. “Mas, se formos concorrer para o mesmo emprego, temos de ser bastante melhores do que os portugueses para sermos seleccionados; é normal, os portugueses é que são donos da terra.”

Hugo também quer ser dono da terra, ou por outra: “De um monte no Alentejo para quando me reformar, por volta dos 40, poder fazer vinho.”

Não é o retrato típico do chinês tímido. Com uma pequena argola na orelha esquerda, camisola às riscas tipo rãguebi, vai arrastando os seus chinelos de Verão pela faculdade, fazendo lembrar, talvez, um estudante de uma universidade americana. E talvez por ter chegado a Portugal “já com a personalidade formada”, como diz, lhe seja mais fácil ter uma visão fria de como os jovens chineses aqui vivem: “Noventa por cento do tempo livre é para ir aos centros comerciais; com os portugueses, já fui ao teatro, ao futebol. Não conheço nenhum chinês que já tenha ido a um museu.”

Y Ping Chow é categórico: “O grande problema é aquela camada de jovens que vieram com 14 ou 15 anos. São ainda crianças, têm os amigos lá, e não se conseguem integrar bem aqui porque com essa idade já é difícil aprender a língua e juntarem-se a jovens da mesma idade que nasceram [ou cresceram] cá. Quando estavam na China, viviam melhor porque os pais mandavam-lhes dinheiro, e como são filhos únicos era todo para eles.” Vêm para Portugal e deixam de estudar, ficam a trabalhar com os pais. “É uma despromoção.” Até podem ter dinheiro no bolso, conduzir bons carros, “mas é um grupo de insatisfeitos.”

Uma aldeia da Europa

Dong não anda com um ar insatisfeito, antes pelo contrário, sorri muito. Mas poderia encaixar neste perfil. Tinha 13 anos quando chegou (agora tem 24), trocando Wenzhou, na província de Zhejiang, por Lisboa, onde os pais já estavam desde 1990. “A China era muito pobre nessa época.” Agora, de cada vez que regressa, ano sim ano não, fica perplexo com as mudanças. “Cada vez as ruas estão mais largas.”

Em vez do engenheiro informático que gostaria de ser, Dong faz transportes de mercadorias na empresa do pai. À conta disso, diz que conhece Portugal de uma ponta a outra. “Qualquer canto, já lá fui. Ambiente muito lindo, bonito mesmo. Na China sempre me disseram que Portugal era uma aldeia da Europa. Eu concordo, mas gosto.”

De qualquer forma, a revolta não parece estar nos seus genes. Diz que não se interessa pela política, e ainda assim avança: na China “um partido controla tudo, não se pode falar

de nada. Mas todas as coisas têm um lado bom e um lado mau. Não há liberdade para falar, é só desenvolver a economia. A alteração política complica algumas coisas, e na China não existe isso, é mais estável”.

Pelo menos uma vez por mês, junta-se a alguns amigos para jantar no Grande Palácio, um restaurante chinês onde as mesas são sobretudo ocupadas por... chineses. Susana, acabada de chegar, Bin, Pan e Diana. São 18h30 e em cima da mesa estão couves, tofu, chá e 7-Up. Virão cerejas para todos.

Dong brinca com Bin quando o apresenta: “Bin, de Bin Laden.” Tem 20 anos, e os quatro que passou cá não lhe deram ainda desenvoltura para dispensar tradução quando diz que Mao Tsetung “já passou à História.” Os outros rematam com frases menos indiferentes. “Foi ele quem mandou os japoneses para casa”, “é o grande líder”, “salvou a China”. O *Superman*, corrige-se Bin. “Na China só houve dois grandes líderes, Deng Xiaoping e Mao.”

Sobre o que aconteceu há duas décadas numa praça da capital ninguém diz nada. Dong até ouviu falar de Tiananmen, pelos pais e avós, “que viveram esse tempo”. “Agora já não interessa, agora olha-se para a frente.”

Hugo já tinha sido igualmente pragmático. “Culturas diferentes têm políticas diferentes” e “os europeus dão muito valor a este acontecimento.” De resto, a situação na China “não é tão má como as pessoas dizem, e é importante haver algum controlo. Os meus colegas pensam que se dizemos mal de alguém se vai logo preso. Pode-se dizer, mas não podemos publicar coisas violentas no jornal, que causem efeitos muito grandes”.

Serão necessários outros 20 anos para que as coisas “mudem bastante”, diz. “Concordo com a estratégia de alargar bocadinho a bocadinho.” E esse foi, quanto a si, o principal erro dos estudantes que saíram à rua a 4 de Junho 1989. “Queriam liberdade total e começaram a pedir coisas a mais. O país ainda não estava em condições de aceitar as mudanças e depois aconteceu a tragédia.”

Olhar para os pais

Se perguntarmos a Yang Xi, 22 anos, que tipo de regime governa a China, ela não sabe responder. Não tem paciência para a política, nem de cá, nem de lá. Mas há uma coisa que a sensibiliza. “O filho único. Por um lado acho bem, já há muita população. Mas, por outro, imagino que se acontecer alguma coisa ao filho...”

Ela não tem irmãos, mas de certa forma tem mais do que uma mãe. “Dava a vida pelos meus avós, mesmo”, diz enquanto conduz o seu Audi em direcção ao Instituto Politécnico de Setúbal, onde frequenta Engenharia Biomédica.

Quando lhe disseram que vinha para Portugal ter com a mãe, pôs-se aos berros, com as lágrimas a escorrerem pela cara, uma vergonha no aeroporto para uma menina de dez anos. “A China era tudo para mim.” Acabou por passar a adolescência em Albufeira, perto do mar. Mas não era para a praia que ia depois da escola quando estava calor, como faziam os colegas. Ia para o restaurante dos pais trabalhar. “Acho bem, ajudar a família.” Ainda hoje, passa os fins-de-semana em Beja – onde a mãe entretanto abriu uma loja – a fazer montras, a ver o que é preciso encomendar...

A hierarquia familiar mantém-se mesmo





NUNO FERREIRA SANTOS

No sentido dos ponteiros do relógio: Xi, Inês, Tânia, Leticia e Patrícia

quando deixam o país, diz Irene Rodrigues. Os mais novos devem obediência aos mais velhos, e há ainda “uma ligação muito grande à geração anterior. Os chineses olham mais para os pais do que para os filhos”.

Michelle Chan não o saberá confirmar em primeira mão porque ainda não é mãe. Mas conta que, apesar da independência dos seus 34 anos, não comprou um Smart porque o pai não gosta do carro. E está a receber aulas de Tai Chi porque o pai lhe disse que era indispensável antes de começar com o Kung Fu, que era o que ela queria – agora já não trocava.

E assim a vemos num ginásio a fazer o que milhões de chineses fazem todas as manhãs nos jardins públicos, mas que raramente se assiste em Lisboa. Empurra o ar com uma mão, tráfalo de volta com a outra. Empurra a ponta dos pés para o chão. Empurra o ar para cima, com as palmas das mãos viradas para o céu, e para baixo, em direcção à terra.

Onde começa e onde termina aquilo que faz de Michelle chinesa ou portuguesa? Nem ela saberá. É de terceira geração, o que significa que os seus pais já nasceram aqui. Mas é ela própria quem diz: “À medida que o tempo passa, vou ficando mais chinesa.” Mas ainda não ao ponto de não reparar em certos detalhes, como no dia em que foi lanchar com uma prima (de segunda geração) a uma casa de chá e trouxeram por engano um bolo inteiro para a mesa, em vez da fatia que tinha sido pedida. “Deixe estar o pacote, e traga-me uma fatia”, disse ela. Não podia dar a entender que não tinha dinheiro para levar o bolo todo.”

Este é um dos resumos possíveis. Outro é quando ela cozinha seis pratos diferentes porque os pais vão lá jantar a casa. “Quando saí de casa dos meus pais, passei a ser tratada como uma visita e a ser recebida com banquetes. Na primeira vez que os convidei, fiz só um prato e o meu pai não comeu, fez cerimónia.”

Ser técnica de som “foi uma desobediência”, porque cinema não era o curso que estava planeado para ela. “O meu pai não me falou durante um mês.” Mas as amarras têm os seus limites. E tal como as meninas da escola dos Anjos dizem que os pais bem podem tentar escolher-lhes os maridos – que serão portugueses ou chineses, sabe-se lá, elas ainda nem sequer namoram – também Michelle não se sente presa às iniciativas paternas. “Os casamentos arranjados são mais discretos do que se pode pensar. Tentaram comigo mas percebeu-se logo que não resultaria.”

Dong confirmara que às vezes há uma certa pressa nos casamentos. “Já namorei e as coisas complicam-se... Há rapazes chineses que se casam aos 17, 18 anos. É muito cedo. Ainda não se divertiram na vida de jovem.”

E aqui se chega a um ponto em que se mostra como tudo pode ser política. Mesmo as relações entre pais e filhos. “Na China existem valores associados a uma hierarquia. Em Portugal há democracia, com uma partilha de decisões”, diz Pedro Góis. “Se pusermos estes valores dentro de uma esfera familiar, onde as decisões são tomadas pelo patriarca, pode haver conflitos.”

Talvez seja preciso ter crescido fora da China, e já ter passado dos 30, para poder dizer, lapidarmente, como Michelle: “Escolho não exercer alguma da minha liberdade.” ●



NUNO FERREIRA SANTOS

Da esquerda para a direita: Pan, Diana, Bin, Susana e Dong

50 dias que mu



PASCAL GEORGE/AFP

15 de Abril Hu Yaobang

● Morre Hu Yaobang, 73 anos, ex-secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), destituído em Janeiro de 1987 por “liberalismo burguês” na sequência das manifestações estudantis de 1986. Permaneceu contudo no Politburo onde, dias antes, teve um primeiro ataque cardíaco. Manda a tradição que a cerimónia fúnebre tenha lugar na Praça Tiananmen (Porta da Paz Celestial). Centenas de pessoas começam a dirigir-se para lá. A 17 e 18, apesar do aparato policial, concentram-se aí dezenas de milhares de estudantes. Hu era um símbolo da luta contra a corrupção e da abertura política. Propusera-se acrescentar às reformas económicas a liberdade de expressão e informação, tal como a separação entre o partido e o Estado.

22 de Abril Funeral e greve

Cem mil estudantes concentram-se em Tiananmen. Chegam comboios de outras cidades com estudantes arvorando retratos de Hu com cartazes a exigir reformas políticas. O elogio fúnebre é feito pelo secretário-geral, Zhao Ziyang, um reformista que lhe sucedeu e conhece os limites do sistema. Entretanto, começam greves nas universidades de Pequim, são constituídas associações de estudantes (ilegais), há manifestações e uma delegação de estudantes exige entregar ao chefe do Governo, o conservador Li Peng, uma petição sobre a abertura política. A massa grita: “Diálogo, diálogo” ou “Li Peng, fora”. A agitação estende-se a outras cidades, Xangai, Xi’an, Changsa, Wuhan, Chengdu, Nanquim...

26 de Abril O editorial

O poder divide-se. Logo a 18, eclode no Politburo o primeiro confronto entre Zhao Ziyang e Li Peng. Parte do nervosismo deve-se à imminente visita de Gorbachov, em Maio, que será coberta por televisões de todo o mundo. A 25, na ausência de Zhao, em visita à Coreia do Norte, Li vai a casa de Deng que, semi-retirado, é o homem todo-poderoso do regime. A 26, o *Diário do Povo* publica um editorial que acusa “uma pequena clique de contra-revolucionários” de conspiração para “confundir o povo”, derrubar o partido e abolir o sistema socialista. O efeito é explosivo: no dia seguinte, estudantes e habitantes de Pequim, um milhão de pessoas, marcham sobre Tiananmen em protesto contra o editorial. Surgem bandeirolas a pedir a demissão de Deng. Há manifestações em inúmeras cidades. Zhao regressa e, a 4 de Maio, em Xangai, perante um auditório de banqueiros asiáticos, afirma o contrário do editorial do *Diário do Povo*, tratando os estudantes como “patriotas”.

13 de Maio Greve de fome

● Dezenas de milhares de estudantes e centenas de sindicalistas da recém-criada Federação Independente dos Trabalhadores de Pequim manifestam-se em comemoração do levantamento patriótico estudantil de 4 de Maio de 1919. Dias depois, 1031 jornalistas assinam uma petição contra o editorial e pela liberdade de expressão. A entrada em cena de operários apavora os conservadores. Dia 13, algumas centenas de estudantes iniciam uma greve de fome em Tiananmen. Em breve serão mais de 3000. É um factor de radicalização. Consuma-se a ruptura no Politburo. Zhao condena o editorial e exige a sua rectificação. Não o consegue. Li responde que o texto exprime as ideias de Deng.

15 de Maio Gorbachov

● Mikhail Gorbachov desembarca em Pequim para a primeira cimeira sino-soviética desde 1959 (na foto com Deng). O protocolo tem de ser alterado e é cancelada a visita a Tiananmen. A “Gorbimania” apodera-se dos estudantes.

17 de Maio Zhao perde a batalha

Conta Zhao que, convidado a ir a casa de Deng, descobre que estão com ele reunidos os membros da comissão permanente do Politburo e alguns veteranos. Deng acusa Zhao de ter agravado a situação com as declarações contra o editorial e terá decidido: “Primeiro, acalmemos a instabilidade de Pequim, sem o que não poderemos acalmar as províncias, as regiões e cidades. (...) Reflecti longamente. Concluí que devemos fazer entrar o exército e decretar a lei marcial em Pequim.” Na manhã seguinte, Zhao tenta anular a decisão na comissão permanen-



DR



CORBIS/VM



XINHUA/AF

te. Mas ela divide-se. Li e a velha guarda (os octogenários “oito imortais”) passam por cima do Politburo (onde não há votação) e forçam a imposição da lei marcial, que será anunciada na noite de 19 para 20.

19 de Maio “Demasiado tarde”

● Zhao faz a derradeira jogada. Aparece de surpresa, de madrugada, em Tiananmen e visita os grevistas da fome, a quem pede que cessem o movimento. Fala-lhes de lágrimas nos olhos: “Estudantes, nós chegamos demasiado tarde. Apresento-vos desculpas, estudantes.” Termina prevenindo-os contra a repressão: “Peço-vos

adaram a China



EDWARD NACHTRIEB/REUTERS



BOBBY YIP/REUTERS

sinceramente que penseis calmamente a partir de agora. Muitas coisas podem ser resolvidas. Peço que acabeis depressa a greve de fome. Obrigado.” A 21, Deng e os outros veteranos afastam-no do cargo de secretário-geral.

23 de Maio Humilhação

● Decretada a lei marcial, o exército entra em Pequim. A confusão é total. Os militares são bloqueados na periferia da capital por populares e estudantes. As tropas têm ordem para não disparar e são obrigadas a retirar, o que é uma humilhação para o poder e para Deng. A 25, os chefes militares anunciam o seu apoio à linha “conservadora” e exigem a aplicação da lei marcial. A mobilização internacional de solidariedade com o movimento estudantil atinge o auge.

24 de Maio Radicalização

Na iminência do confronto, os estudantes criam um “Quartel-General de Defesa da Praça Tiananmen”, comandado pela radical Chai Ling, 23 anos (está à esquerda na imagem, junto de outros líderes do movimento estudantil: Wang Dan, Li Lu e Feng Congde). A 28, após um debate dramático, os radicais vencem, recusando as propostas de abandono da praça. Acentua-se o fosso entre a minoria extremista e os moderados que querem suspender o movimento e “dialogar”.

30 de Maio A Deusa

● Irrompe na praça o derradeiro símbolo, “A Deusa da Democracia”. É uma réplica da Es-



TOSHIO SAKAI/AFP



DAVID TURNLEY/CORBIS/VM

tátua da Liberdade, com dez metros de altura, feita em papel e esferovite na Academia de Belas-Artes. A imagem corre o mundo. Grande parte dos estudantes começa a desmobilizar e a voltar às aulas.

4 de Junho Massacre

● A 2 de Junho, os soldados são uma vez mais forçados a recuar. Mas, a 3, entram em cena forças especiais com ordem para disparar sem piedade. Há inúmeros mortos não estudantes nas avenidas de acesso a Tiananmen, a tiro ou esmagados pelas lagartas dos tanques. O ataque à praça começa à noite. É temporariamente suspenso. Os manifestantes votam pela última vez a retirada ou a resistência. Dividem-se confusamente. Às 4h30 do dia 4, as luzes acendem-se e tropas e tanques desencadeiam o ataque final. Em breve, cadáveres juncam o solo da Porta da Paz Celestial. Segue-se a repressão, em Pequim e nas outras cidades, julgamentos sumários e execuções. O balanço nunca foi conhecido. A Amnistia Internacional falou em mil mortos a 3 e 4 de Junho, em Pequim. Num livro acabado de publicar em Hong Kong, Zhang Wanshu, chefe do serviço nacional da agência Xihua em 1989, aponta 727 mortos – 14 soldados e 712 estudantes e manifestantes. O movimento terá tocado entre 110 e 300 cidades e envolvido de 80 a 100 milhões de chineses.

5 de Junho O último ícone

● Chamaram-lhe o “homem do tanque” ou “rebelde desconhecido”. De madrugada, na Avenida da Paz Eterna, perto de Tiananmen,



ARTHUR TSANG/REUTERS

um homem franzino, com sacos de plástico nas mãos, faz parar uma coluna de tanques. O da frente tenta evitá-lo. Ele insiste. Acaba por subir e falar ao condutor do tanque. Diz a lenda que gritou: “Não matem mais o meu povo.” É depois levado por amigos. Em 1999, a *Time* colocou-o entre os 20 mais “influentes líderes e revolucionários do século”. Quem era? Um jornal inglês afirmou, sem fonte credível, que era um trabalhador de Pequim, de 19 anos, chamado Wang Weilin. Uns afirmaram que foi preso e executado, outros que continuou vivo. Em 2006, um jornal de Hong Kong “revelou” que ele vivia em Taiwan. Ninguém sabe nada. Será, provavelmente para sempre, o “rebelde desconhecido”. ● J.A.F.

jafernandes@publico.pt

4 de Junho

O trauma que a China deseja esquecer

A tragédia de 1989 assinala a derrota de um dos mais impressionantes combates pela liberdade no século XX e o crime de um regime totalitário. Vinte anos depois, surge também como um momento crucial da China moderna, que marca o arranque da sua imparável ascensão ao estatuto de superpotência económica.

Texto Jorge Almeida Fernandes

Vinte anos depois do massacre de 4 de Junho, nota-se algum embaraço entre sinólogos e antigos correspondentes em Pequim: terá Tiananmen contribuído para legitimar o regime comunista, marcando a consolidação do “modelo chinês” e o começo da ascensão de Pequim ao estatuto de potência mundial emergente?

Na China, o 4 de Junho é um tabu ou um trauma que quase todos desejam esquecer. Em 1990, parecia provável uma vitória dos conservadores, como o primeiro-ministro Li Peng ou a velha guarda dos octogenários (“os oito imortais”), que resistiam às próprias reformas económicas.

Aconteceu o contrário. “Foi o grande momento de génio de Deng Xiaoping. Depois do massacre de 1989, reafirmou que a reforma económica não seria suspensa; bloqueará a reforma política”, resume o sinólogo Orville Schell,

que viveu Tiananmen. Ao matar qualquer veleidade de revolta, Deng Xiaoping blindou o “modelo chinês”: as reformas económicas sob autoritarismo político que conduziram a um vertiginoso crescimento da economia e da influência da China. Em 2009 muito se falou do “G2”, a partilha da supremacia mundial com os Estados Unidos.

Voltemos ao passado. Para os ocidentais, o movimento dos estudantes chineses de 1989 foi o esboço de uma revolução democrática vivida em directo pela televisão. Pareceu frágil, depois possível e, no fim, começou a antever-se o inelutável massacre, cujas imagens deram também imediata volta ao mundo e fixaram a imagem histórica do movimento.

“O 4 de Junho foi o culminar da maior, mais ampla, mais duradoura e mais influente demonstração pró-democracia em qualquer parte do mundo no século XX”, escreveu dez anos depois Zhang Liang, pseudónimo de um alto-funcionário do Partido Comunista Chinês (PCC)

que passou ao sinólogo americano Andrew Nathan uma vastíssima massa de documentos internos do partido sobre a crise (*The Tiananmen Papers*, 2001).

Revelou o que as televisões ocidentais não puderam mostrar na altura: foi um movimento de dimensão nacional que terá tocado 300 cidades e entre dez e 80 milhões pessoas, de várias categorias sociais.

O efeito televisão

Os ocidentais já conheciam espantosas imagens vindas da União Soviética (o Muro de Berlim ainda não caíra). Mas nada que se assemelhasse a Tiananmen. Em poucos dias, os rostos dos líderes estudantis tornam-se-nos familiares. Todos os dias nos falavam, desde a apocalíptica Chai Ling aos sensatos Wang Dan ou Wuer Kaixi. Chai Ling disse a um jornalista que sonhava com um “banho de sangue” para “abrir os olhos ao povo da China”.

As televisões mundiais, CBS, CNN, BBC e mui-



PETER TURNER/ICORRIS



Os estudantes tinham intenções modestas. A presença das televisões mobilizou massas

tas outras, comandadas pelas grandes vedetas, não foram lá para reportar “a revolução”. Tinham sido convidadas a cobrir a visita de Gorbachov. A CBS instalou sete equipas em Tiananmen no dia 12 de Maio, sob a direcção de Dan Rather. O mais ilustre *anchorman* americano rendeu-se à euforia: “É o povo na Praça. Mais de um milhão de chineses exigindo democracia e liberdade.”

Às televisões, os estudantes diziam combater “a corrupção e a conspiração” e apelavam “à liberdade e à democracia”. Uma noite cantaram a Internacional, o que deixou Dan Rather perplexo.

O primeiro problema está na expressão “pro-democracia”, que suscita uma dúvida de “tradução”. Os estudantes, ou a sua esmagadora maioria, não pensavam em pôr em causa o regime e muito menos derrubá-lo, anotou mais tarde Rob Gilford, da BBC.

A petição que centenas de estudantes de Pequim elaboraram e tentam entregar ao Governo

a 18 de Abril contém sete pontos: afirmar como correcta a visão de Hu Yaobang sobre a democracia e a liberdade; admitir que as campanhas contra a poluição espiritual e a liberalização burguesa são incorrectas; publicar informações sobre a riqueza dos dirigentes e suas famílias; acabar com a proibição de jornais privados e permitir a liberdade de expressão; aumentar as verbas para a educação e pagamento dos intelectuais; levantar os limites às manifestações em Pequim; fazer eleições democráticas para substituir os funcionários que tomam más decisões políticas.

Pediam ainda que a imprensa oficial e a televisão divulgassem as suas reivindicações e os líderes lhes respondessem publicamente.

Se a presença das câmaras atrasou a repressão, acelerou também a dinâmica do movimento. A própria televisão chinesa começou a cobrir as manifestações em meados de Maio, criando a ilusão de se ter passado para o lado dos manifestantes.

Houve uma interacção e os líderes estudantis adequaram a sua linguagem ao novo auditório global. O auge é a irrupção da “Deusa da Democracia”, réplica da Estátua da Liberdade, que confirmava aos olhos dos ocidentais “que os chineses desejavam tudo o que politicamente o Oeste tinha para lhes oferecer” (Gildorf).

“Os *media* desempenharam um papel de agitador externo”, resumiu mais tarde David Ignatius, do *Washington Post*.

O guião do filme

A grandeza da revolta não se pode confundir com a sua força. Os estudantes desceram à rua por “razões modestas”, para apresentar uma petição ao Governo, insiste Andrew Nathan. Com a difusão das notícias após a greve de fome, o movimento espalha-se “como cogumelos” e ganha uma dimensão nacional.

As reivindicações acima resumidas eram “modestas”, no sentido em que não eram revolucionárias: pediam a abertura e a morali- →



zação do regime. Mas tinham potencial explosivo: tocavam tabus e, sobretudo, o estatuto de Deng.

Uma “revolução” impossível? Do lado estudantil sim. Eles tinham reivindicações mas não um programa político. Não tinham a força. Não tinham uma direcção, antes líderes acidentais e divididos. Um movimento espontâneo, mesmo num clima de descontentamento social como o de 1989, não pode sobreviver e expandir-se sem alianças e estratégia. Não dispunha, como por exemplo na Polónia, de uma sociedade civil, com uma Igreja Católica e intelectuais organizados que concebem uma estratégia vitoriosa.

A única hipótese dos estudantes de Tiananmen residia na aliança aos reformistas do Partido Comunista, favoráveis a uma ambígua “reforma política”. O que nos obriga a recuar a 1987, ano em que foi escrito o “guião” deste filme.

A Revolução Cultural fora desmantelada após o golpe de Estado de Setembro de 1976, inspirado por Deng Xiaoping, e os maoístas progressivamente afastados. Deng, o “Pequeno

Timoneiro”, nunca assumindo o cargo de secretário-geral, lança o projecto das “quatro modernizações” económicas e garante a arbitragem dos subtis equilíbrios entres reformistas e conservadores, ou revisionistas e estalinistas.

Tem consciência de que o regime não pode sobreviver sem crescimento económico, evitando a “estagnação brejneviana”. Promove uma nova geração de reformistas. Coloca Hu Yaobang na chefia do partido e encarrega Zhao Ziyang de lançar as reformas económicas a partir de 1979.

Enfrenta movimentos de contestação política. Em 1978-79, surgem a “segunda Primavera de Pequim” e o “Muro da Democracia”, em que Wei Jingsheng lança o seu apelo à “quinta modernização”: a democracia. É preso e condenado.

Em 1986, Hu propõe a separação entre o partido e o Estado e a generalização da liberdade de expressão e de imprensa. Em várias cidades, eclodem manifestações de estudantes e intelectuais, exigindo liberdade de imprensa e eleições

com pluralidade de candidatos. Atingem o auge em Dezembro, em Xangai e Pequim.

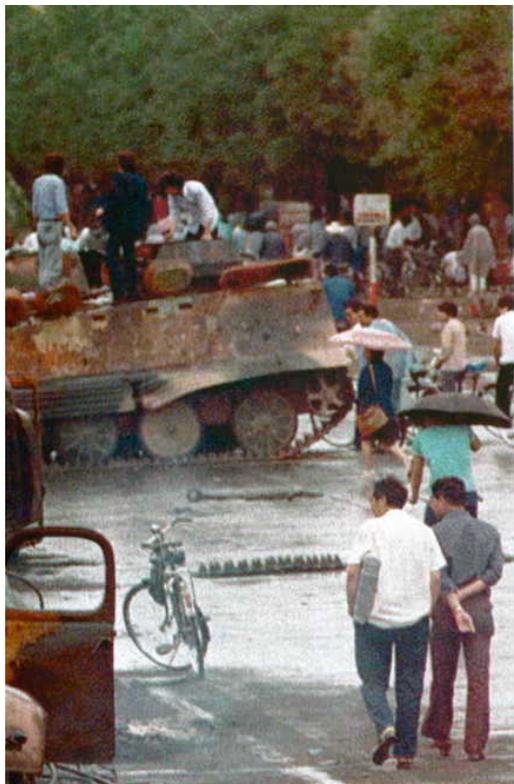
Deng desautoriza Hu. Acusa-o de “fraqueza perante o liberalismo burguês” e demite-o em Janeiro de 1987. Para surpresa dos “estalinistas”, faz colocar o “revisionista” Zhao Ziyang na direcção do partido. Zhao continua a falar em “reforma política”, mas é bem preciso quanto aos limites que não podem ser ultrapassados.

Deng é categórico: as reformas económicas prosseguirão mas está fora de causa aceitar qualquer esboço de democratização que ameace o monopólio político do PCC.

A equipa reformista de Zhao formulará esta linha de um modo mais refinado, que perdura até hoje: a modernização da China exige uma liderança forte e autoritária para impor o próprio liberalismo económico.

Deng decide

A sorte do movimento está dependente da relação de forças dentro da direcção do partido. A publicação dos *Tiananmen Papers* suscitou



Pequim após a passagem do exército, que esmagou a revolta



algumas dúvidas sobre a sua autenticidade. Depressa foram reconhecidos como globalmente fiáveis, embora com naturais contradições e “buracos negros”. Em 1989, sabia-se quem encarnava a linha dura, Li Peng e os “oito imortais”, e a linha reformista, Zhao Zhiang e a sua equipa. E que foi Deng quem ordenou a repressão. Ele próprio o assumiu.

O interesse dos *Tiananmen Papers* está em permitir-nos “espreitar” o interior do “palácio proibido”, o muito opaco PCC.

Todos esperavam que os estudantes se dispersassem após o funeral de Hu. Como tal não acontece, Zhao tenta um compromisso. Obtém de Deng, contra os conservadores, carta branca para tratar o movimento através do diálogo. Tranquilo, parte para uma visita à Coreia do Norte. Mas os estudantes não arredam pé.

Um diálogo entre Deng e Li Peng, a 25 de Abril, é elucidativo. Diz Li: “Há apelos a reclamar a demissão do Governo, (...) a instaurar eleições, a rever a Constituição, a levantar as restrições sobre os partidos políticos e a im-

prensa, a abolir a qualificação de crimes contra-revolucionários.”

O “Pequeno Timoneiro” concorda que “este não é um movimento estudantil vulgar. Há uma minoria que manipula os estudantes. Querem semear a confusão no espírito das pessoas e lançar o caos no país. É um *complot* bem planeado para repudiar o Partido Comunista e o sistema socialista.”

Deste encontro sairá o célebre editorial do *Diário do Povo* (ver cronologia), que, em linguagem maoísta, “vai incendiar a pradaria”, polarizando o conflito.

O poder está patentemente dividido. “Há dois quartéis-generais e não sabemos a quem obedecer”, queixavam-se dirigentes regionais.

A 10 de Maio, o veterano Yang Shangkun, chefe de Estado e íntimo de Deng, avisa: “Se os trabalhadores se sublevam, estamos em apuros. Em particular, quando Gorbatchov chegar, devemos fazer com que o povo e o movimento saibam que o partido leva a sério as suas reivindicações. Não devemos deixar os estudantes e os cidadãos perturbar a cimeira sino-soviética.”

A 13, Zhao faz um ponto da situação: “A greve de fome dos estudantes dura há quatro dias. Estamos em diálogo com os seus representantes e prometemos levá-los a sério, pedindo que ponham fim ao jejum, mas sem resultado. A praça está de tal maneira cheia, com multidões excitadas, com bandeiras e *slogans*, que os próprios representantes dos estudantes reconhecem que não têm o controlo da situação.”

Zhao é incapaz de convencer Deng. Este, Li e os veteranos acusam-no de irresponsabilidade e fraqueza. A 17, é a derrota do secretário-geral. Deng pronuncia-se a favor da lei marcial e do recurso ao exército. Yang Shangkun previne: “Os soldados só devem poder abrir fogo em caso extremo. Repito: não pode haver um banho de sangue em Tiananmen.”

Há duas humilhações que incentivam Deng a uma solução brutal: o desastre público da visita de Gorbatchov e a resistência da população de Pequim, que parou o avanço das tropas por duas vezes. Na China, perder a face é perder a autoridade.

Deng dera dois dias aos militares para limpar a praça. “Enquanto procedemos à limpeza, devemos explicar tudo claramente a todos os cidadãos e estudantes, pedir-lhes que partam.

Nas memórias póstumas, Zhao Ziyang reivindica para si o papel de arquitecto das reformas

Se recusarem partir, serão os únicos responsáveis pelas consequências.”

Zhao perdeu. Se tivesse tido a liberdade de dialogar e dar uma satisfação aos estudantes, talvez o movimento se tivesse dissolvido. Neste caso, ele poderia transformar o sucesso numa alavanca para mudar a relação de forças dentro do PCC, em detrimento de Li Peng e dos “imortais”.

Estes souberam resistir. “Eles vêm-se como os sócios fundadores da firma”, escreveu Jonathan Mirsky, jornalista e historiador da China. Sobreviveram às lutas pelo poder e à Revolução Cultural e não estão dispostos a ser varridos “por um punhado de estudantes”.

Ironicamente, por cegueira ou conveniência, partilhavam a ilusão dos mais eufóricos ocidentais, vendo em Tiananmen um movimento para derrubar o Partido Comunista.

O testamento de Zhao

Acabam de ser publicadas as memórias póstumas de Zhao Ziyang, *Prisoner of State*. Entre 1989 e 2005, data da sua morte, o antigo secretário-geral viveu em detenção domiciliária. Dá a sua versão dos acontecimentos e não poupa o seu mestre Deng. Em vez de ser o grande arquitecto das reformas, título que Zhao reivindicava para si, Deng era uma espécie de “padrinho” que arbitrava as lutas entre os clãs do partido, oscilando para um lado e para o outro.

Denuncia como ilegal e como violação dos estatutos do PCC a decisão de declarar a lei marcial sem uma votação no Politburo. Foi Deng quem manobrou na sombra durante a sua visita à Coreia do Norte. “O mais importante é ver confirmado quanto medo tinha Deng Xiaoping de tudo o que era reforma política. Tinha um santo horror da libertação burguesa.”

Confirma o essencial da implacável luta no topo do partido relatada nos *Tiananmen Papers*. O seu ponto de honra: “Disse-me na altura que, acontecesse o que acontecesse, não seria o secretário-geral que daria ordem ao exército para lançar o assalto contra os estudantes.”

Admite que, inicialmente, era um reformista económico e um conservador político. Quinze anos de isolamento mudaram-no. “O sistema parlamentar democrático do Ocidente é o que mostrou maior vitalidade. É o melhor de que dispomos (...) e que corresponde às exigências da sociedade moderna.”

Se a China quer manter “uma economia de mercado sã”, deve adoptar uma “democracia parlamentar”. Se o não fizer, confrontar-se-á com “a comercialização do poder, uma corrupção crescente e uma polarização da sociedade entre ricos e pobres.”

Dias antes da publicação do livro, escreveu Jonathan Fenby, veterano correspondente em Pequim e historiador da China moderna: “A legitimidade do regime repousa cada vez mais no crescimento económico. O acordo imposto pelos tanques do 4 de Junho permanece lei. (...) A mensagem [do Presidente] Hu Jintao é que só o PCC pode conduzir a China na senda do progresso económico.”

Por quanto tempo? “Vinte anos depois dos massacres de Pequim, a China enfrenta um leque de desafios ainda maior do que os de 1989.” Esta é já outra história. ●

jafernandes@publico.pt



Praça de Tiananmen, 1989.
As forças militares foram
entretanto treinadas para
responder rápido a revoltas



Poderá outro vir a caminho



PETER TURNLEY/CORBIS/SMI

Tiananmen

? *O movimento lançou uma “sombra psicológica” sobre os chineses e deixou claro que há linhas que não se podem passar. Mas a questão, agora, é saber se ainda há quem queira uma revolução.*

Texto **Francisca Gorjão Henriques**

Todos os dias, Eddie Cheng junta um novo *post* ao seu blogue intitulado Este Dia em 1989. O *site* nasceu de um livro com o mesmo nome: *Standoff at Tianamen*. Trata-se de uma descrição, dia por dia, do braço-de-ferro que os estudantes pró-democracia travaram com o regime chinês. Cerca de seis semanas, culminadas num banho de sangue.

Se tivesse de seleccionar um dia apenas, Cheng escolhia 27 de Abril. “Foi o mais dramático e o mais glorioso”, diz por telefone à Pública, a partir de Denver (Colorado, Estados Unidos da América). “A manifestação tinha sido cancelada, mas os estudantes saíram à rua na mesma, e foi o pico do movimento. Foi também uma sentença de morte.”

À medida que os estudantes saíam das universidades, cidadãos de Pequim juntaram-se às marchas. E às exigências de abertura política juntaram-se novas bandeiras. Palavras como “inflação”, “corrupção”, “burocracia” começaram a aparecer nos cartazes e nos gritos de ordem.

A polícia resistiu o que pôde sem usar a força. E a confiança, em excesso, espalhou-se. Até que a corda esticou demasiado. Uma greve de fome radicalizou o movimento; os estudantes não cederam e o regime avançou para a repressão, com tanques a rolar contra jovens. “Não temos medo de nada. Não temos armas, só as nossas mãos vazias”, gritavam.

Eddie Chang não estava em Pequim nesses dias quentes. Tinha ido estudar para os Estados Unidos três anos antes, deixando amigos e colegas. Não participou, mas assistiu à distância. E agora acha que “a história ainda não foi contada” e que ninguém fala deste episódio “de uma forma abrangente”. Tiananmen “é uma grande história, mas não é uma história política. É sobre pessoas que lutaram pelos seus direitos, um grupo de jovens que queriam fazer qualquer coisa, com muitos erros pelo caminho”. O que resta dessa vontade? “É difícil dizer. Há 20 anos parecia um grande movimento, mas não voltou a haver movimento nenhum, nenhuma grande contestação. Há apenas pequenos grupos que tentam exigir mais respeito pelos direitos humanos.”

Liberdade ou morte

Ao longo das semanas de manifestações, várias vezes se ouviu e leu o *slogan*: “Dêem-me liberdade ou dêem-me a morte.” Não foi a primeira que os estudantes receberam. A Amnistia Internacional aponta para um milhar de vítimas. Mas o mais provável é que nunca se venha a saber exactamente quantas pessoas morreram na noite de 3 para 4 de Junho de 1989. Até porque, apesar de os holofotes estarem todos dirigidos para a praça de Pequim, os protestos chegaram a duas centenas de cidades do país, para serem recebidos da mesma maneira pelos militares.

E, apesar de duas décadas terem passado, o assunto continua a ser tabu. A versão chinesa, nas poucas vezes que é proferida, é de que Tiananmen foi um momento de “distúrbios políticos” conduzidos por *hooligans*. E é este veredicto que ainda há quem tente alterar.

“Os que ficaram feridos ou mortos não foram contabilizados”, diz por *email* à Pública Andrew Nathan, um dos académicos responsáveis pela publicação dos *Tiananmen Papers* – documentos publicados em 2001 que mostram as divisões dentro do regime quanto à forma como se deve-



O Governo de Pequim não permite qualquer tipo de memorial a Tiananmen, às vítimas ou às suas ideias

ria reagir aos protestos. “O movimento das Mães de Tiananmen procura essa recontagem. Mas o Governo não permite qualquer tipo de memorial a Tiananmen ou às suas ideias.”

O esmagamento foi total e não deixou espaço para os grupos que tenham emergido nesses tempos. “Muitos dos que participaram continuaram com as suas vidas, como empresários ou noutros ramos”, adianta Nathan. Outros continuam na prisão ou no exílio.

“Não vemos quaisquer sinais de que um movimento deste género possa emergir novamente num futuro próximo. Mas é possível se, e quando, a China vir um descontentamento social a generalizar-se (talvez causado por uma queda na economia ou por uma humilhação nacional num conflito externo), aliado a uma divisão na elite (talvez provocada por rivalidades no poder ou desacordo ideológico).”

Não seria uma mudança pacífica. O regime tomou “medidas preventivas para impedir” eventuais réplicas. “Estão preparados para reagir de forma decisiva. Treinaram a Polícia Armada Popular para servir como primeira linha de repressão de distúrbios em massa e podem ainda

contar com o Exército de Libertação Popular se for necessário.”

Houve cisões dentro do Partido Comunista há 20 anos; haveria novamente agora. “Cada acontecimento novo é um teste à unidade e vontade da liderança. Por isso, num caso específico poderíamos encontrar divisões sobre como responder”, continua Nathan.

Crítica sim, rebeldia nunca

Se com Mao Tsetung os intelectuais eram marginalizados e perseguidos, com Deng Xiaoping eram ouvidos. A década de 1980 marcou um ponto de viragem, escreveu Ian Buruma num artigo publicado no 10.º aniversário de Tiananmen pela *New Yorker*. Esta foi a altura em que os reformadores dentro do Partido começaram a pedir a opinião de intelectuais, jornalistas e académicos, a organizar seminários e grupos de aconselhamento. “Mas havia uma troca: tinham de permanecer leais ao sistema. Podia-se ser um crítico, mas nunca um rebelde.”

Tiananmen veio acabar com isso. Mas, de certa forma, esta pode ser uma realidade que está novamente a emergir. Quando há um ano o PÚBLICO visitou a casa do analista Hu Xingdao, do prestigiado Instituto de Tecnologia de Pequim, ouviu frases como: “Há muita corrupção no regime”, “a reeducação pelo trabalho é o maior espinho da China”; “o partido tem de acabar com o sistema de petições” (que transpõe para o Governo central problemas locais, acabando por eternizar a espera pela justiça). Hu também disse que “o regime devia dar mais liberdade aos *media* para cobrir as notícias, e reformar o Congresso do Povo”, cujos delegados deveriam ser eleitos pela população. E defendeu a adopção pela China da Carta dos direitos civis das Nações Unidas.

Todas as críticas foram feitas de uma assentada, sem receios, entre duas chávenas de chá e com o gravador ligado. Perguntou-se a Hu se não temia represálias. O professor explicou a sua fórmula: “Sou crítico para o que acho que é preciso ser crítico, mas equilíbrio sempre com opiniões positivas, apontando para soluções.” As vozes de dissidência são possíveis, desde que com compromissos.

Buruma escreveu que, apesar do banho de sangue e da perseguição aos intelectuais que se seguiu, “Tiananmen teve um efeito interessante e importante: o partido retirou-se da maior parte das áreas da vida do cidadão comum.” Este novo espaço foi também importante para acalmar os ânimos e a exigência de mudanças.

Os novos não se envolvem

Há quem compare os estudantes da altura – pela sua determinação, alguma cegueira e a sua dose de arrogância – aos guardas vermelhos de Mao, que espalharam o terror e o caos durante a Revolução Cultural da década anterior (1966-1976).

Agora, os universitários chineses estão muito longe disso. São os filhos de quem viu melhorar as suas condições de vida com as reformas introduzidas por Deng Xiaoping. A procura de um ideal democrático foi substituída pelo frenesim das compras em centros comerciais. E é também por isso que ninguém espera deles nada parecido com o que aconteceu há 20 anos.

“As pessoas novas não se envolvem”, comenta ainda Eddie Cheng. “A vida está a melhorar, há mais liberdade económica. Por outro lado,

Tiananmen lançou uma sombra psicológica, e as pessoas sabem que há uma linha que não podem passar.”

Se alguém tentasse desencadear um movimento do género, “as pessoas pensariam que era louco”, disse ao *New York Times* um licenciado em História da Universidade de Pequim que não quis ser identificado. “Sabemos onde a linha está marcada. Podemos pensar, talvez falar, sobre os acontecimentos de 1989. Só não podemos fazer nada que tenha alguma influência pública. Toda a gente sabe disso.”

O jornal cita um estudo feito recentemente pela mesma universidade, por investigadores chineses e estrangeiros, que traça o perfil do estudante actual: “Nada inclinado para manifestações, mas também sem as dificuldades económicas que ajudaram a espoletar os protestos de 1989; orgulhoso dos feitos conseguidos pela China e filiado no Partido Comunista, mas raramente movido pela ideologia.”

Observadores dizem que, ainda que defendam a democracia, não há o impulso de agir. A falta de idealismo foi criticada até pelo *Diário do Povo*, que este mês se queixou de que para os jovens “tudo se baseia na questão de saber se ‘é útil para mim’”.

A improvável revolução, a vir, será de outro lado. Teria de ser desencadeada por uma enorme crise económica e social.

“O país mudou demasiado desde essa altura” para haver uma nova manifestação em massa, diz por seu lado à Pública Richard Baum, do Centro de Estudos Chineses da Universidade da Califórnia em Los Angeles, e autor de *The Road*

Through Tiananmen. “Os estudantes chineses já não são contestatários e a polícia armada também tem técnicas de controlo de multidões mais sofisticadas.”

Para além disso, “o Governo está bastante ciente da necessidade de responder rapidamente a fontes de descontentamento popular e também de impedir que os líderes de um potencial movimento se consigam organizar”. Isto explicará porque na China “não existe uma oposição organizada suficientemente grande para causar problemas sérios a longo prazo ao PCC”.

Em todo o caso, há contestações que esporadicamente emergem. Eddie Cheng faz a lista: “Há manifestações ambientais, há as Mães de Tiananmen, há a Carta 08, escrita por pessoas que quiseram avançar com uma agenda de direitos humanos” – à imagem da Carta 77, um documento criado por civis em 1977 a exigir reformas na Checoslováquia comunista – e que levou à demissão ou transferência de académicos, e à vigilância apertada de vários dos assinantes. “O Governo não autoriza que se diga nada sobre liberdade de expressão, mas isto pode levar a uma explosão quando menos se espera”, avisa.

Este pode ser um exemplo de como há questões que são bombas-relógio. Baum diz, no entanto, que a acontecer manifestações em larga escala “serão provavelmente espontâneas, extemporâneas e limitadas”.

“Quem somos nós?”

O jornalista Harald Bruning vivia em Hong Kong há cinco anos, como correspondente da Reuters,

quando o movimento eclodiu. É agora de Macau que fala o director do diário *Macau Post*: “Se Portugal levou alguns anos a estabilizar depois da Revolução dos Cravos, em Pequim foram poucas semanas.” Rapidamente, a história passou à história.

“O espírito de Tiananmen já não existe. As pessoas olham para isto como um acidente político”, comenta Bruning por telefone. “Agora olham para o desenvolvimento, para o progresso. Há mudanças graduais, não drásticas, e é isso que as pessoas querem. Ninguém está com disposição para uma revolução.”

O desenvolvimento acelerado da economia será a razão principal, já que tirou milhões de pessoas da pobreza. “Vive-se muito melhor que antes”, continua o jornalista. “Em muitas cidades grandes, as pessoas vivem melhor do que nos países da Europa de Leste.” É por isso que um novo Tiananmen “não é provável, apesar de não ser impossível”.

O crescimento económico teve uma outra consequência: “Pela primeira vez, os chineses estão orgulhosos pelo que o seu país conseguiu nos últimos anos. A população identifica-se agora com o velho império e ao mesmo tempo com o programa espacial. Há muito patriotismo.”

“O socialismo já não é uma identidade, e há um regresso às tradições que foram proibidas pelo maoísmo”, acrescenta Eddie Cheng. Nos últimos anos, “a identidade chinesa tornou-se uma questão”. A China, diz, está unida à volta de uma pergunta: “Final, quem somos nós?” ●

fgh@publico.pt



Especial Tiananmen

Eu sou chinesa?

Pessoas com a idade deles tentaram mudar a China. Eles vivem em Portugal e não querem saber

20 anos depois, a China ainda tem um trauma para esquecer

Tiananmen

Não são portugueses nem chineses, são ambas as coisas e não querem saber de política

20 anos depois, a China ainda tem um trauma para esquecer *Especial Pública*

